

Dietmar K. Pfeiffer<sup>1</sup>  
Emília Maria da Trindade Prestes<sup>2</sup>  
Marília Gabriella Duarte Fialho<sup>3</sup>

**A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL**  
**O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**MÜNSTER 2016**

---

<sup>1</sup> Prof. e.o., Westfälische Wilhelms-Universität Münster – IfE

<sup>2</sup> Profa. Titular, Universidade Federal da Paraíba – CE

<sup>3</sup> M.Sc. , Doutoranda no PPGE, Universidade Federal da Paraíba – CE

## 1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um fenômeno complexo que se manifesta em todos os níveis de ensino, tanto em âmbito internacional como nacional (FREITAS, 2007; MELO LOBO, 2012; LOBO et al., 2007; NETO, CRUZ, PFITSCHER, 2008; SILVA FILHO, 2009; SOUZA, PETRÓ, GESSINGER, 2012) causando prejuízos que afetam o indivíduo, as organizações e a sociedade (FIALHO, 2014). Os danos e prejuízos provocados pela evasão escolar são uma temática antiga (LATIESA, 1992) visto que há mais de cinquenta anos as Políticas Públicas Educacionais passaram a incluir a minimização da evasão escolar como meta a ser atingida. Recentemente, um dos principais objetivos do Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020) continua sendo o combate ao abandono em todos os níveis do sistema educacional.

No cenário do Ensino Superior, foco do presente estudo, Jareta *apud* Silva Filho 2009: 23) calculou para o ano 2006 um prejuízo de seis bilhões de reais, causada pela evasão. Diante da expansão das matrículas, que chegaram no ano 2012 a 5,9 milhões em cursos de graduação presenciais e taxas de evasão relativamente constantes (MELO LOBO, 2012: 11) o prejuízo no ano 2012 se calcula em torno de oito bilhões de reais. O problema da evasão atinge tanto as instituições privadas (MARTINS, 2007) como as públicas (FERNANDES et al. 2010; MOROSINI et al. 2011), sendo que nas IES privadas a taxa é maior do que no setor público (SOUZA, PETRÓ, GESSINGER, 2012). Esta diferença se deve ao fato de que o sistema público é financiado por meio de impostos e gratuito para o aluno, enquanto no sistema privado o próprio aluno tem que financiar seus estudos.

Portanto, ele corre um maior risco de enfrentar problemas econômicos e por outro lado ele reage mais rápido e abandona os estudos no caso que os custos não recompensam na percepção dele. As perdas no sistema público são um desperdício de recursos públicos e no setor privado é a perda de dinheiro que o aluno investiu e ao mesmo tempo perda de receitas para a instituição. Os prejuízos de ordem social e individual são dificilmente a monetizar, porém da mesma relevância como as perdas economicamente mensuráveis. A evasão afeta o nível de qualificação da população no país e em consequência o potencial de desenvolvimento social (PEREIRA, 2003).

As correlações entre o nível educacional e importantes indicadores do desenvolvimento humano de um país, tais como pobreza, insegurança social, desemprego, problemas de saúde, expectativa de vida, igualdade social e participação política são empiricamente comprovadas (PFEIFFER, 1999: 12). No âmbito do aluno, a evasão normalmente afeta de forma negativa as opções no mercado de trabalho e é percebido como fracasso individual que pode provocar desmotivação, insegurança, frustração um sentimento de incapacidade intelectual para concluir qualquer curso e outras consequências negativas (BAGGI, 2010; JAVIER, MALLADA, 2011).

Para as Políticas Públicas, a evasão é o aviso de que houve falência dos programas de educação (TESTEZLAS, 2010). A ruína de todo o processo de pesquisa, planejamento, organização, execução e controle de leis, decretos, programas, ações e planos que tinham como objetivo a redução dos índices de evasão na educação superior. Assim, registra-se que os investimentos públicos não serão revertidos para a sociedade e tão pouco diminuirá a desigualdade social. E finalmente, para as instituições, a evasão – exceto em casos específicos de mobilidade acadêmica é um indicador de baixa eficiência interna, que causa perdas no orçamento.

Frente a este cenário alarmante, o Governo Federal estabeleceu como um dos objetivos principais do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007 integrado a uma das ações do Plano de Desenvolvimento da educação – PDE, o combate à evasão com a meta de aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% considerando o período de seis anos desde a criação do programa. Outros objetivos possibilitaram condições de acesso à educação superior pública e aumentar a taxa de alunos por professor para dezoito.

No ano de 2007, o REUNI aprovou o projeto proposto pela UFPB através da resolução CONSUNI 27/2007 em 12 de novembro de 2007 (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2013). Para a UFPB o REUNI foi uma oportunidade de reestruturar e expandir o campus com um valor estimado de 136 milhões R\$ que seriam investidos em contratações de professores/técnicos, aquisição de novos equipamentos, materiais permanentes e construção de novos empreendimentos. Nesse contexto, a UFPB propôs um programa de combate à retenção e à evasão, visto que, a *taxa de evasão por coorte* estava em

aproximadamente 35% nos cursos de graduação no ano de 2007. O programa tinha como meta reduzir em 10% a evasão do índice atual de abandono da universidade (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Para alcançar essa meta, traçou estratégias como, instituir programas de tutorias nos cursos com altos índices de evasão, oferecer cursos de nivelamento para os alunos ingressantes com o auxílio de bolsas, cursos de férias para as disciplinas com índices elevados de reprovação e por fim aula de reforço via internet ou presencial (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010). Destaca-se que no ano de 2008 a UFPB tinha em torno de 67 cursos de graduação presencial, com 21.152 alunos matriculados na graduação presencial (Relatório de Gestão - REUNI, 2012). Nos cinco anos subsequentes, o programa possibilitou a entrada de cerca de 25.654 novos ingressantes para a UFPB, sendo 19.544 para os cursos de graduação presencial<sup>1</sup> e 6.110 para os cursos à distância, assim como, proporcionou e ampliou uma estrutura multicampi, composto por cinco campi, dezesseis centros e 129 cursos presenciais e à distância (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2011).

Para possibilitar esta expansão, a UFPB efetuou um total de investimentos de 260,3 milhões de reais<sup>2</sup> nestes seis anos o que corresponde a um *unit cost* anual por estudante de ensino presencial 13.319 de reais (FIALHO, 2014: 60; NTI, 2013).<sup>3</sup> O presente estudo não pretende avaliar de forma completa os impactos do programa REUNI na UFPB, mas enfoca como objetivo central de analisar os movimentos da evasão nos diversos cursos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no período de 2007 a 2012 e suas consequências econômicas para a gestão universitária. Em base nos resultados obtidos será possível de avaliar os impactos do Programa REUNI nesta IES referente as metas da redução da evasão.

---

<sup>1</sup> Deste ingressantes 60% se matricularam em cursos da área de Ciências Humanas e Sociais.

<sup>2</sup> Entre os custos correntes considerados pelo Tribunal de Contas da União da Paraíba, estão às despesas da universidade com: hospitais, reformas, pensões, sentenças judiciais, entre outras. Cabe mencionar que durante estes seis anos, o valor média da taxa de câmbio foi 1 US\$=1,86 R\$.

<sup>3</sup> Observa que se trata de um valor médio para todos os cursos. Na realidade, os custos por aluno dos diversos cursos variam muito.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Definição de evasão

Em termos gerais a *evasão* significa a não finalização de uma unidade educacional (escola, curso, treinamento, qualificação, especialização ou qualquer outra modalidade educacional) que conduza o alunado a um conhecimento especializado. Referente à definição de evasão ao nível universitário não existe um consenso na literatura. Tinto (1975) define abandono escolar como o movimento de o aluno deixar a IES e nunca receber o diploma. O primeiro estudo acerca da evasão no ensino superior no Brasil instituído pela Comissão Especial de Evasão (1996) considera a evasão como a saída definitiva do curso de graduação de origem, sem concluí-lo.

Para Scali (2009) o aluno efetua o abandono quando não finaliza o curso em uma primeira modalidade, se inscreve em uma segunda e, também não finaliza. Pereira Júnior (2012), no seu estudo sobre o compromisso com o graduar-se, com a instituição e com o curso, aponta a evasão como a perda de parte do corpo discente durante o ciclo de estudos. Scali (2009) considera a evasão no instante que ocorre a não conclusão do curso em que o aluno estava matriculado, e Adachi (2009) conceitua evasão no momento que o aluno deixa o curso sem concluí-lo.

Para uma estruturação conceitual coerente de evasão é indispensável definir que tipo de fenômenos se levam em conta e qual é a referência sistêmica. A mudança de um curso A para um curso B é outro caso de que o abandono completo dos estudos. E um aluno que é expulso devido à falta de desempenho acadêmico é diferente de um aluno que sai da IES por haver recebido uma oferta atraente no mercado de trabalho ou porque a família mudou para uma outra cidade, onde ele continua seus estudos. Dependente do que se considera como “evadido” aparecem grandes divergências nos resultados em respeito às taxas de evasão, taxas estas que ocupam um lugar destacado na discussão política pública. Portanto, um esclarecimento sobre diferentes tipos e diferentes métodos de cálculo da evasão é indispensável para ter uma noção precisa de qual tipo de evasão se fala, evitando equívocos e comparações entre dados de significados diferentes.

## 2.2 Tipos de evasão

De importância fundamental é a distinção entre a *evasão do curso, da instituição e do sistema* (MOEHLECKE, 2007: 3; LOBO, MELO LOBO, 2012: 4-5). O primeiro corresponde à evasão dentro da mesma instituição, muitas vezes entre áreas similares. Se um aluno de Pedagogia solicitou a mudança para o curso de Letras, o primeiro curso contabiliza-o como evadido, e o curso de Letras como ingressante. No entanto, para a instituição não ocorreu evasão nem ingresso. O segundo nível refere-se à saída do curso de uma instituição para outra IES, ou seja, ocorreu a saída, mas não se abandonou os estudos, embora, tenha gerado uma vaga ociosa na primeira IES. E por fim, a evasão do sistema universitário em sua totalidade, que além do aluno sair do curso ou da instituição desistiu de estudar de vez.

Dependente do ponto de vista, a saída do curso ou a transferência para outra instituição se pode considerar como mobilidade estudantil, até desejável, ou como evasão. Uma segunda dimensão sumamente importante se refere à questão de quem tomou a decisão do abandono. Tinto e Cullen (1973) destacam os tipos de *saída voluntária e involuntária*. No primeiro caso o cancelamento do curso acontece a pedido do aluno (SCALI, 2009; ADACHI, 2009) ou seja, a decisão surge da própria vontade dele, qualquer que seja o motivo. Entretanto, no segundo caso a evasão acontece por intervenção da IES por diferentes razões possíveis: o aluno está com documentos irregulares, ultrapassou o período máximo permitido para a conclusão, excedeu o número permitido de trancamentos ou não atingiu o mínimo de créditos que devem ser cumpridos.

Embora a saída involuntária tenha mais um caráter de “expulsão”, ela entra no cálculo das taxas de evasão da mesma forma como o abandono voluntário. Referente ao período que o aluno evade do curso se pode distinguir entre *evasão imediata e tardia* (SANTOS, BARROS, 1994), sendo que a primeira acontece logo no primeiro ano dos estudos, enquanto a última é o resultado de um processo gradativo. Como último, de acordo com Polydoro (2000) se pode distinguir entre *evasão temporária e definitiva*. Na primeira, o aluno sai do curso, mas com a intenção de voltar aos estudos depois um período. Na evasão definitiva, o aluno se evade e não pretende voltar. Nas estatísticas, no entanto, ambos contam como evasão e na hora de voltar o aluno temporariamente evadido aparece como ingressante.

### 2.3 Modelos de evasão

Para poder minimizar processos de evasão é necessário conhecer suas causas e os motivos dos alunos de mudar o curso, a instituição ou até sair do sistema do ES por completo. Na literatura se encontram as mais diversas causas (FIALHO, 2014: 42-44; MELO LOBO, 2012: 18) de índole financeiro, acadêmico, psicológico, pedagógico, familiar, situacional, e sociocultural. Dificuldades em conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar, falta de recursos financeiros, professores despreparados com didática desatualizada, deficiências na estrutura física, um currículo rígido, formação básica deficiente do ingressante, falta de capital cultural, problemas de adaptação ao estilo acadêmico, falta de maturidade, desempenho baixo, falta de perspectivas no mercado de trabalho, baixa reputação do curso são apenas algumas das causas possíveis do abandono.

Os modelos de Spady (1971) e Tinto (1975) são considerados como as primeiras tentativas de integrar a pluralidade destes fatores em um modelo causal coerente. Ambos se balizam na teoria de suicídio de Durkheim (1858-1917) e explicam o fenômeno da evasão como resultado de uma integração acadêmico-social insuficiente, o que significa que há um desajuste entre o indivíduo e a instituição. O compromisso (*commitment*) do aluno com a instituição depende do seu desempenho acadêmico e de interações frequentes e compensadores com os peers, o corpo docente e administrativo da IES (TINTO, 1975: 94). Como variáveis de *background* aparecem origem familiar, nível de qualificação escolar e certos atributos pessoais (MOEHLEKE, 2007: 7).

Este modelo de integração acadêmico-social foi estendido por Tinto incluindo um componente econômico em forma da teoria de custos-benefícios. Nesta perspectiva, fundada na teoria da escolha racional (COLEMAN, 1990) o aluno evade se ele percebe que outras formas de investimento de tempo, esforços, recursos oferecem benefícios mais altos em relação aos custos caso continuem na instituição (TINTO, 1975: 98). Sob esta perspectiva, a decisão de abandono é uma ação racional (FISHBEIN, AJSEN, 1975), sendo o resultado de um *mismatch* entre as expectativas do aluno<sup>4</sup> e as experiências dele no contexto institucional. As expectativas do aluno, na hora de entrar na IES se referem

---

<sup>4</sup> A origem destas expectativas se elas são realistas é um problema a parte. Diversos estudos empíricos comprovam que a falta de informações concretas sobre os conteúdos e o atendimento de exigências intelectuais são os principais fatores para abandonar o curso (HAJAR, BECKER, 2004; BLÜTHMANN, LEPA, THIEL, (2012).

basicamente às experiências emocionais positivas, sucessos nos processos de aprendizagem e uma relação custo/benefício compensador<sup>5</sup>. O peso relativo de cada um destes componentes para a utilidade total (SOUSA PFEIFFER, MAFFEZZOLLI, 2011:12-14) varia de acordo com a personalidade e os estímulos do meio ambiente físico e sociocultural do aluno.

Caso as experiências concretas não se adequam às expectativas e necessidades do aluno, restam somente duas opções: ele ajusta as suas expectativas a um nível que corresponde às realidades existentes ou vai buscando outras opções. Por parte da instituição, a situação se mostra de uma perspectiva inversa: a instituição tem uma missão da qual se derivam certas expectativas, referente ao aluno. Se um aluno mostra baixo desempenho, falta de motivação e não se familiariza com o estilo acadêmico, ou em caso de instituições privadas fica inadimplente, ele causa problemas. Através de que medidas os atores políticos e a própria instituição podem contribuir para uma aproximação das expectativas de ambas as partes é uma questão central no contexto da redução das taxas de evasão (FIALHO, 2014: 83-89).

Ao longo do tempo este modelo clássico foi desenvolvido, modificado, e diferenciado de acordo com as novas tendências e as realidades complexas no âmbito do ensino superior. Tinto (2006: 2) caracterizou seus estudos iniciais trinta anos depois como “infância do nosso trabalho”, enfatizando a necessidade de aumentar sua complexidade devido ao fato de que a complexidade da universidade aumentou. Em uma breve revisão histórica de diferentes enfoques a partir dos anos 90, Demetriou e Schmitz-Sciborsky (2011) apontam sobretudo a relevância da aplicação de diferentes teorias da motivação para uma compreensão mais profunda do fenômeno.

### **3 METODOLÓGIA**

De acordo com os objetivos da pesquisa se utilizou um desenho longitudinal retrospectivo abrangendo os seis anos 2007-2012, durante o qual se efetuou o programa REUNI. Os dados foram disponibilizados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)

---

<sup>5</sup> Este modelo tem como premissa, que a decisão do aluno foi realmente o resultado de um ação racional, e não simplesmente o resultado de falta de opções, pressões por parte do meio ambiente social, ou de convivência social. Dados válidos sobre o número de concluintes do ensino médio que iniciam um curso porque “meu pai quer”, “todos meus amigos estão na faculdade” ou “não sabia o que fazer” não existem.

e pelo Departamento de Estatística da UFPB. Dependente do tipo de evasão (curso, instituição, sistema) explicitado acima, e do intervalo de tempo em consideração, existem diferentes modos de cálculo da taxa de evasão. “A melhor forma de medir a evasão escolar é acompanhar a vida escolar de cada estudante para identificar quando ele abandonou os estudos, ou mudou de curso ou de instituição, etc.” (Lobo , Melo Lobo, 2012: 1). No entanto, o cálculo da taxa de coorte pressupõe a existência de dados desagregados para cada aluno. Estas informações complexas muitas vezes não estão disponíveis.

Portanto, o método mais usado no Brasil e no mundo é a taxa de evento (taxa anual ou de incidência) que mede a evasão pela proporção de alunos que abandonaram os estudos de um ano para o outro ano, sem concluir. Evidentemente, a taxa anual produz valores menores de que a taxa de coorte, porque é calculado por ano, o que não acarreta um número elevado de abandonos (LEHR et al., 2004: 9-10). Portanto é altamente importante de comparar ao longo dos anos ou entre IES somente taxas que foram calculados com a mesma metodologia.

No presente estudo, as taxas de evasão foram calculados de acordo com a fórmula aplicada pelo Instituto Lobo desde o ano de 2006 (LOBO, MELO LOBO, 2012: 4):

$$E(n) = 1 - [M(n) - I(n)] / [M(n - 1) - C(n - 1)]$$

sendo **(E)** evasão, **(M)** número de matriculados, **(C)** número de concluintes, **(I)** número de ingressantes, **(n)** o ano atual e **(n-1)** o ano anterior.

É de importância fundamental ter em conta que a entidade de referência neste cálculo é o curso, o que corresponde exatamente aos objetivos do presente estudo expostos acima. Para outras finalidades, por exemplo uma avaliação da eficiência interna do sistema do ensino superior, um cálculo que desconsidera alunos que mudaram de curso ou da instituição seria mais adequado. Dependente de qual é a entidade referencial resultam necessariamente taxas de evasões diferentes, porque a eliminação dos alunos que mudaram somente de curso ou de instituição dos cálculos tem o efeito de diminuir a taxa.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> De acordo com Lobo e Melo Lobo (2012: 5) se obteve no Brasil as seguintes taxas em 2007-2008: evasão do curso:22,2%, evasão da instituição: 20,3% e evasão do sistema do ES: 17,7%.

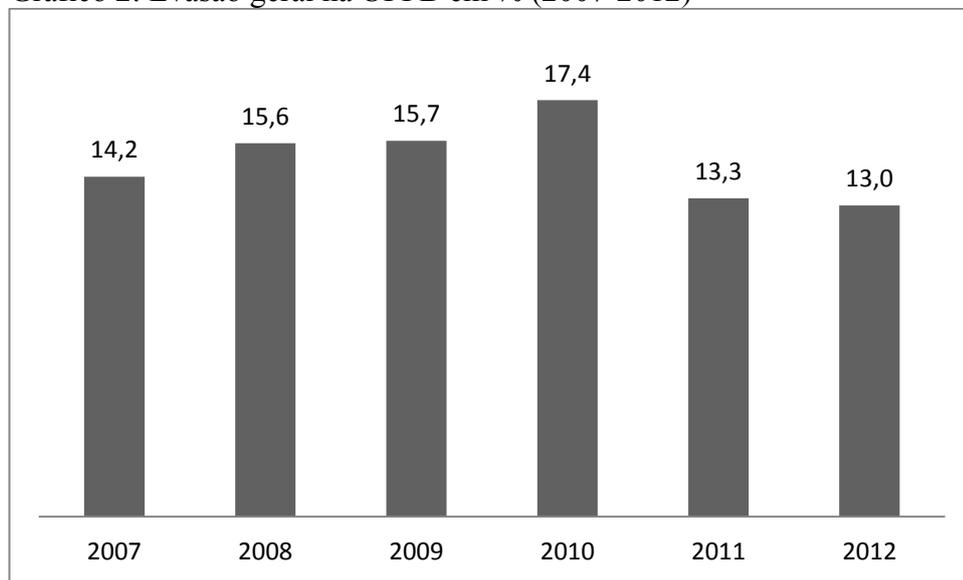
## 4 RESULTADOS

A UFPB é composta por cinco campi, com um total de alunos em torno de 44 mil (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2015). O Campus V não foi incluído na pesquisa porque iniciou as suas atividades educacionais a partir de 2013. Além do mais, o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional, criado em 2011, o Centro de Energias Alternativas e Renováveis, criado em 2009 e o Centro de Biotecnologia criado em 2011, não foram incluídos na pesquisa porque foram criados durante o REUNI. Da mesma maneira a UFPB virtual com os cursos à distância (13,6% do alunado total), cursos de especialização, Mestrado e Doutorado também não foram incluídos na pesquisa, pois a análise se limita aos alunos matriculados nos cursos de graduação presencial.

### 4.1 Evasão geral

Em uma perspectiva geral se observa, que durante o período do REUNI houve somente uma redução moderada de 1,2% em termos absolutos e pouca variação nas taxas de evasão.

Gráfico 2: Evasão geral na UFPB em % (2007-2012)



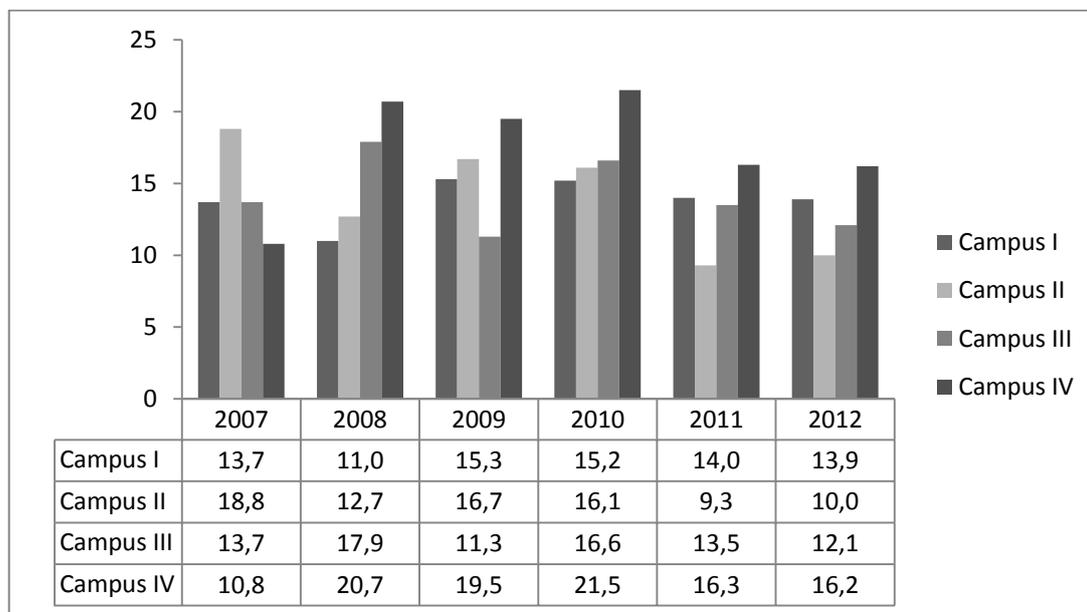
Fonte: NAEPE, 2014

Uma avaliação inequívoca deste resultado não é possível. Por um lado, ele, sem dúvida, não corresponde às metas e expectativas do programa; por outro lado, a forte expansão das matrículas é um fator dificultador a ser levado em consideração, sem poder avaliar o impacto do mesmo.

## 4.2 Evasão por Campus

A evasão por campus exhibe, de maneira geral, as diferentes situações do abandono escolar nos diversos campi da UFPB no período da atuação do REUNI.

Gráfico 3: Evasão na UFPB por Campus em % (2007-2012)



Fonte: NAEPE (2014)

Os dados obtidos revelam, que a magnitude e a evolução das taxas de evasão nos diversos Campi diferem de forma significativa. O Campus I, que absorve o maior número do grupo alvo (aproximadamente 80%), demonstra pouca mudança, sem grandes avanços ou regressos durante os anos. Já no Campus II ocorreu uma redução considerável e progressiva, tendo em vista que no ano de 2007 o índice de evasão estava em torno de 18,75% e no ano de 2012 diminuiu para 9,98%. Um indicador positivo para o mesmo intervalo de tempo considerado para todos os campi da UFPB, no entanto o número de alunos do Campus II é muito inferior ao do Campus I.

Para o Campus III, este expõe um movimento altamente volátil entre os anos analisados, com uma pequena diminuição da evasão no saldo final. O Campus IV, o mais novo da UFPB, expressa os maiores indicadores de abandono da UFPB, como no ano de 2008 e 2010, onde no primeiro ano o índice estava em 20,73% e em 2010 com 21,50%. Nos anos seguintes havia uma redução, mas mesmo assim, a evasão só cresceu de 2007 até 2012 consideravelmente.

#### 4.4 Evasão por Centro

Uma análise por centro de ensino da UFPB revela grandes divergências entre os mesmos como os resultados resumidos na tabela 1 evidenciam.

Tabela 1: Indicadores de evasão por Centro (2007-2012)

<b>Campus</b>	<b>Centros</b>	<b>Média (M)</b>	<b>Desvio Padrão (DP)</b>	<b>Coefficiente de Variação (CV)</b>
I	CE	13,6	7,9	58%
I	CCEN	19,4	4,4	22%
I	CI	16,4	4,3	26%
I	CCHLA	18,6	3,2	17%
I	CCTA	14,9	3,1	21%
I	CT	13,7	2,5	18%
I	CCS	13,9	2,4	17%
I	CCJ	6,1	2,3	38%
I	CCSA	13,3	1,7	13%
I	CCM	1,5	1,0	66%
II	CCA	13,9	3,5	25%
III	CCHSA	14,2	2,3	17%
IV	CCAE	17,5	3,6	21%

Fonte: Dados da pesquisa

As três maiores médias de evasão encontram-se no Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN (19,4%), no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA (18,6%) e no Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE (17,5%). Em contrapartida, seguem os três centros com as menores taxas de evasão sendo o Centro de Ciências Médicas – CCM (1,5%), o Centro de Ciências Jurídicas – CCJ (6,1%) e por fim, o Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA com a média de evasão de 13,3%. Estes resultados coincidem com outros estudos de âmbito nacional e internacional que mostram, que os cursos das ciências exatas e da natureza, incluso informática, apresentam os maiores índices de evasão; medicina e direito os menores (LOBO et al., 2007:652; HEUBLEIN et al., 2014:4). Conhecimentos escolares insuficientes (CCEN), falta de perfil motivacional bem definido (CCHLA) e uma relação custos/benefícios pouco satisfatória são fatores decisivos para tal situação.

Além da média, os indicadores para o grau de dispersão (DP, CV) revelam informações relevantes referente a volatilidade no decorrer do período. Neste contexto, o

CE destaca-se como centro com as mudanças mais bruscas, com altas e baixas expressivas. No outro lado da escala se encontra o CCSA com valores de evasão mais ou menos constantes durante o tempo.

#### 4.5 Avanços e retrocessos: um balanço

A questão crucial é se o REUNI teve o impacto esperado no sentido de diminuir as taxas de evasão já foi abordado para a UFPB em total. A seguir se apresenta uma comparação das taxas de evasão no início (2007) e no final (2012) do REUNI por centro, com os índices de aumento respectivamente diminuição da taxa de evasão em termos percentuais absolutos ( $\Delta E_a$ ) e relativos ( $\Delta E_r$ ). Como demonstra a tabela, três centros conseguiram durante o REUNI diminuir suas taxas de evasão de forma significativa: o Centro de Educação – CE (47%), o Centro de Ciências Agrárias (47%) e o Centro de Ciências da Saúde – CCS (31%). Outros centros (CCHLA, CCJ, CCHSA) também alcançaram uma redução, porém em magnitude menor.

Tabela 2: Evolução das taxas de evasão por centro (2007-2012)

<b>CENTRO</b>	<b>Evasão % (2007)</b>	<b>Evasão % (2012)</b>	<b><math>\Delta(E)_a</math></b>	<b><math>\Delta(E)_r</math></b>
<b>CE</b>	29,7	15,8	13,9	-46,8
<b>CCA</b>	18,8	10,0	8,8	-46,8
<b>CCS</b>	15,6	10,8	4,8	-30,8
<b>CCHLA</b>	25,0	19,0	6,0	-24,0
<b>CCJ</b>	5,1	4,2	0,9	-17,6
<b>CCHSA</b>	13,7	12,0	1,7	-12,4
<b>CT</b>	12,1	12,8	-0,7	5,8
<b>CCTA</b>	14,0	16,9	-2,9	20,7
<b>CCSA</b>	11,0	14,8	-3,8	3,5
<b>CCAE</b>	10,8	16,2	-5,4	50,0
<b>CI</b>	9,4	14,2	-4,8	51,1
<b>CCEN</b>	13,7	21,1	-7,4	54,0
<b>CCM</b>	1,1	3,4	-2,3	209,1

Fonte: NTI (2013); Cálculos dos autores (2014).

Por outro lado, existem sete centros que não conseguiram avançar, pelo contrário, mostram um aumento da evasão. Sem considerar o CCM, que é um caso específico devido ao seu valor inicial muito baixo, os piores índices apresentam o CCEN,

onde a evasão elevou-se nos últimos seis anos em 54%, o CI com 51,1% e por fim o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE com um índice de 50%.

Em resumo, os dados apresentam um panorama ambivalente onde há um equilíbrio entre avanços e retrocessos. Seis centros (CE, CCA, CCS, CCHLA, CCJ e CCHSA) conseguiram diminuir os índices de evasão durante os anos do programa e outros seis (CCTA, CCSA, CCAE, CI, CCEN, CCEN) pioraram seus índices. Em um centro (CT), a situação continua quase inalterada.

As causas para uma evolução tão dispersa dentro da mesma instituição exige estudos mais profundos e detalhados para poder identificar possíveis fatores para este panorama contraditório e sua relação com a expansão extraordinária das matrículas, a qual evidentemente facilitou a entrada de alunos com competências e conhecimentos limitados em cursos que exigem uma preparação intelectual ampla e sólida.

#### 4.6 Prejuízos econômicos

As estimações do prejuízo econômico causado pela evasão escolar no período de 2007 a 2012 na UFPB, se baseiam em um total de 15.343 alunos (NTI, 2013) evadidos da universidade na modalidade presencial, o que significa uma média de 2.557 alunos por ano. A fórmula para estimar a perda anual é dado pela equação<sup>7</sup>:

$$\textit{Perda Anual} = E * \bar{P} * G$$

sendo (*E*) N° de evadidos, ( $\bar{P}$ ) permanência média, (*G*) gasto direto por aluno.

Levando em consideração que os cursos duram no mínimo quatro e no máximo seis anos estimou-se a média de permanência nos cursos de graduação de dois anos. Com o gasto anual direto calculado por aluno referente a cada ano do período de 2007 a 2012, se dão os valores demonstrado na tabela a seguir. É importante de sublinhar, que além dos custos diretos existem os denominados custos indiretos, compostos por investimentos dos estudantes e custos de oportunidade.

---

<sup>7</sup> Esta fórmula permite calcular somente um valor aproximado, porque usa os *unit costs* sem considerar que (a) os gastos para um aluno variam muito em função do curso e (b) as taxas de evasão diferem de forma significativa entre os cursos, como demonstrado acima.

Tabela 3: Perda anual em milhões de R\$ 2007-12 (valores nominais)

<b>Ano</b>	<b>Custo por Aluno</b>	<b>Perda Anual</b>
2007	11.972	61,22
2008	13.239	67,71
2009	13.267	67,85
2010	14.384	73,56
2011	14.056	71,88
2012	14.237	72,81

Fonte: Relatório de Gestão, 2010 e 2012; NTI, 2013; TCU 408/202.

Somando os dados acima se pode inferir que o prejuízo econômico total nominal causado pela evasão escolar para a UFPB foi em torno de 415,03 milhões de R\$. No mesmo período, o orçamento somado da UFPB ficou em 4.343,34 milhões de R\$ (NTI, 2013; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012). Assim, no ano de 2007 a 2012 a UFPB teve um prejuízo econômico em torno de 9,56% do seu orçamento devido aos processos de evasão. Mesmo levando em consideração, que este montante é de fato aproximadamente 10% menor, porque uma determinada parcela dos evadidos não abandonaram a instituição, mas mudaram somente de curso dentro da instituição, a magnitude do prejuízo é considerável.

## 5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Devido às perdas sociais, acadêmicas e econômicas que a evasão causa, ela é um dos problemas mais sérios da educação. Portanto, a implementação de estratégias que podem contribuir para minimizar esse fenômeno é um objetivo prioritário de cada universidade e do sistema do ensino superior em total. Os dados levantados na presente pesquisa mostram, que este objetivo, promovido pelo programa REUNI, no caso da UFPB foi alcançado apenas em parte. Dos treze centros analisados, somente seis demonstraram que conseguiram diminuir a evasão, como é o caso do CE, CCA, CCS, CCHLA, CCJ e CCHSA; outros centros, como o CCTA, CCSA, CCAE, CI, CCEN e o CCM não conseguiram diminuir a evasão, pelo contrário, tiveram as suas taxas aumentadas nos seis anos do programa.

Em suma, chega-se à conclusão de que o REUNI não logrou alcançar as suas metas de aumentar a taxa de conclusão de 65% dos cursos à 90% o que significaria na inversão uma redução da taxa de evasão de 35% para 10%. Lembramos que esta meta se referiu a taxa longitudinal de coorte. No presente estudou se usou a taxa anual, a qual é, como explicado acima, sempre menor de que a taxa de coorte. Dados válidos para a taxa de coorte atualmente não estão disponíveis, mas se a taxa anual ficou estável, não há nenhuma evidência que a taxa calculada pelo método de coorte mostra melhorias.

Evidentemente, como enfatiza Silva Filho (2009:12) é impossível eliminar a evasão por completo porque sempre haverá uma faixa de ingressantes que ainda está em fase de busca do seu caminho profissional, que não dispõe das informações necessárias na hora de entrar na universidade ou cuja vocação simplesmente não corresponde à uma formação acadêmica. Porém, isso não impede que sejam feitos todos os esforços possíveis para melhorar o cenário, esforços estes que devem iniciar-se já anteriormente do ingresso dos estudantes à universidade.

Eventos em parceria com as instituições de ensino superior privadas, possam expor e explicar as características de cada curso, com as suas respectivas particularidades, características, finalidade, perfil do futuro profissional, atuação no mercado de trabalho, disciplinas, o currículo entre outras informações de suma importância. Eles são uma ferramenta eficiente para aumentar o nível de informação dos alunos e reduzir o risco de decisões equivocadas. Adicionalmente, coordenadores, professores e alunos podem realizar visitas às escolas públicas e privadas com a intenção de promover as informações necessárias sobre os cursos da universidade.

Após o ingresso, um sistema de avaliação e monitoramento eficiente pode contribuir para assegurar a qualidade de todos os processos acadêmicos. Neste contexto, um questionário de avaliação do curso, do professor, da estrutura e da coordenação, aplicado semestralmente é um instrumento válido para identificar problemas e sugestões dos alunos e suprir as dificuldades descritas por eles. Como a universidade se divide por área de conhecimento com seus respectivos centros de educação, se ocasionam para cada área características distintas desde o perfil do aluno, quanto à estrutura dos cursos e corpo docente. Portanto, o fenômeno demanda da gestão uma percepção diferenciada para orientar as suas ações e estratégias de combate à evasão.

A massificação da universidade moderna dificulta, sem dúvida, o acompanhamento individual da situação acadêmica de cada aluno nas questões da falta, assim como a quantidade de trancamentos, reprovações e cancelamentos. Mais importante ainda é um amplo sistema de tutoria que apoia o professor titular no sentido de orientar e apoiar o estudante e auxiliar nas atividades dentro e fora de sala de aula para facilitar sua integração social e acadêmica. Em determinados cursos poderia ser até necessário oferecer cursos de nivelamento para ingressantes com déficits escolares em certas matérias, tais como matemática ou idioma.

As bolsas, sempre mencionadas quando se trata de evasão por motivos financeiros, sem dúvida facilitam a permanência, mas elas não são uma solução para os problemas acadêmicos e estruturais que os alunos tem que enfrentar. A qualidade do ensino, e a estrutura acadêmica continuam sendo os fatores principais por parte da instituição, a preparação intelectual, o grau de informação sobre os cursos e a motivação são os fatores mais importantes por parte do aluno. Fatores externos como a situação no mercado de trabalho, problemas familiares e de saúde estão fora do alcance da universidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. Dissertação Mestrado em Educação. Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. **Evasão e avaliação institucional**: uma discussão bibliográfica. Dissertação Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2010.

BLÜTHMANN, Imela; LEPA, Steffen; THIEL, Felicitas. **Überfordert, enttäuscht, verwählt oder strategisch?** Eine Typologie vorzeitig exmatrikulierter Bachelor-studierender. Zeitschrift für Pädagogik, Vol. 58, 2012, pp. 89-102.

COLEMAN, James S. **Rational Choice Theory**. Foundations of Social Theory. Cambridge and London: Harvard University Press. 1990.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BASILEIRAS. **Diplomação, Retenção e Evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. 1996. <<http://goo.gl/tN4WzE>>.

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>.

DEMETRIOU Cynthia; SCHMITZ-SCIBORSKY, Amy. **Integration, motivation, strenghts and optimism**: Retention theories past, present and futures. In R. Hayes (Ed.), Proceedings of the 7th National Symposium on Student Retention, Charleston Norman: The University of Oklahoma, 2011, pp. 300-312.  
<<https://studentsuccess.unc.edu/files/2012/11/Demetriou-and-Schmitz-Sciborski.pdf>>

FERNANDES, Jocimar; FERREIA, Ailton da Silva; NASCIMENTO, Denise Cristina de Oliveira; SHIMODA, Eduardo; TEIXEIRA, Giovany Frossard. **Identificação de fatores que influenciam na evasão em um curso superior de ensino a distância**, Vol. 4 (16), 2010, pp. 80-91.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte. **A evasão escolar e a gestão universitária**: O caso da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FISHBEIN, Martin; AJSEN, Icek. **Belief, attitude, intention, and behavior**: An introduction to theory and research, 1975. Reading, MA: Addison-Wesley.

FREITAS, Katia Siqueira de. **Gestão educacional e evasão de estudantes**. Universidade Federal da Bahia, 2007.  
<[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/225.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/225.pdf)>.

HAJAR Andreas; BECKER, Rolf. **Warum einige Studierende ihr Soziologie-Studium abbrechen wollen**. Studienwahlmotive, Informationsdefizite und wahrgenommene Berufsaussichten als Determinanten der Abbruchneigung. *Soziologie*, 33, 2004, pp.47-65.

JAVIER, Francisco; MALLADA, Ribaya. **La gestión del absentismo escolar**. Anuário Jurídico y Económico Escorialense, XLIV, 2011, pp.579-596.

LATIESA, Margarita. **La deserción universitaria**. Madrid: As de España, 1992.

LEHR, Camilla, A. et al. **Essential Tools**. Increasing rates of school completions: Moving from policy and research to practice. The College of Education & Human Development. University of Minnesota, 2004. <<http://www.ncset.org/publications/essentialtools/dropout/dropout.pdf>>.

LOBO, Roberto Leal; MONTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; MELO LOBO, Maria Beatriz de Carvalho. **A evasão no Ensino Superior Brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, Vol. 37, no. 132, 2007, pp. 641-659. <[http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_045.pdf](http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_045.pdf)>.

LOBO, Roberto Leal; MELO LOBO, Maria Beatriz de Carvalho. Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão. Insituto Lobo, 2012.  
[http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_078.pdf](http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_078.pdf).

LEI Nº 13.005, DE 25 JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>.

MARTINS, Cleide Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de Ensino Superior**. Dissertação Mestrado Profissional de Administração da Fundação Dr. Pedro Leopoldo. 2007.

MELO LOBO, Maria Beatriz de Carvalho. **Panorama da evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos nº 25, 2012. <[http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_087.pdf](http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf)>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Orçamentos da União: Exercício Financeiro 2007. Lei nº11.451, de 07 Fevereiro de 2007. <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/070207\\_lei\\_11451\\_V5.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/070207_lei_11451_V5.pdf)>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Orçamentos da União: Exercício Financeiro 2008. Lei nº11.451, de 07 Fevereiro de 2008. [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/080324\\_Lei\\_11647\\_Vol\\_V.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/080324_Lei_11647_Vol_V.pdf).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Orçamentos da União: Exercício Financeiro 2009. Lei nº11.451, de 07 Fevereiro de 2009. <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento\\_09/loa09/loa\\_VOL\\_V.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento_09/loa09/loa_VOL_V.pdf)>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Orçamentos da União: Exercício Financeiro 2010. Lei nº11.451, de 07 Fevereiro de 2010. <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/100126\\_lei\\_12214\\_anexoV.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/100126_lei_12214_anexoV.pdf)>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Orçamentos da União: Exercício Financeiro 2011. Lei nº11.451, de 07 Fevereiro de 2011. <[https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orc\\_2011/L12381\\_11\\_Anexo\\_V.pdf](https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orc_2011/L12381_11_Anexo_V.pdf)>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Orçamentos da União: Exercício Financeiro 2012. Lei nº11.451, de 07 Fevereiro de 2012. <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento\\_12/L12595\\_12\\_Anexo\\_V.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento_12/L12595_12_Anexo_V.pdf)>.

MOEHLECKE, Sabrina. **Avaliação institucional no Ensino Superior: como acompanhar a trajetória dos estudantes de Graduação?**. 2007. <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/401.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/401.pdf)>.

MOROSINI, Marília Costa et al. **A Evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos *Qualis* entre 2000-2011**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Faculdade de Educação – FACED. Porto Alegre, 2011. <[http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesI/ST\\_1\\_Abandono/12\\_MorosiniM\\_Abandono\\_ESBrasil.pdf](http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesI/ST_1_Abandono/12_MorosiniM_Abandono_ESBrasil.pdf)>

NAEPE. Núcleo Avançado em Experimentação e Pesquisa Estatísticas. **Análise da Evasão Escolar nos Cursos de Graduação da UFPB de 2002 a 2012**. Departamento de Estatística. UFPB, 2013.

NETO, Orion Augusto Plat; CRUZ, Flávio da; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Utilização de Metas de Desempenho Ligadas à Taxa de Evasão Escolar nas Universidades Públicas**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC, Vol.2 (2), 2008, pp.54-74. <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/25/27>>.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de Ensino Superior**: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense. Tese Doutorado em Engenharia de Produção. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

PEREIRA JUNIOR, Edgar. **Compromisso com o graduar-se, com a instituição e com o curso**: Estrutura fatorial e relação com a evasão. Dissertação Mestrado em Educação Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2012.

PFEIFFER, Dietmar K. Bildungstransfer zwischen Intervention und Seinlassen. Tertium Comparationis, Vol.5 (1), 1999, pp.1-15.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário**: condições de saída e de retorno à instituição. Tese Doutorado em Educação. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2000.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2009. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2010.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2010. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2011. <<http://goo.gl/AQ1JnJ>>.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2011. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2012. <<http://goo.gl/I5cnba>>.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2012. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2013. <<http://goo.gl/zONula>>.

RELATÓRIO de gestão: Exercício 2014. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2015.

RELATÓRIO de Gestão - REUNI/UFPB. 2012. <<http://goo.gl/QwvFnK>>.

SANTOS, Jair Licio Ferreira, BARROS, L.F. Cadernos de Estudos da Evasão. Núcleo de apoio aos estudos de graduação. São Paulo: USP, 1994.

SCALI, Danyelle Freitas. **Evasão nos cursos superiores de tecnologia**: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes. Dissertação Mestrado em Educação. Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SILVA FILHO, José Pereira da. **As reprovações em disciplinas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) no período de 2000 a 2008 e suas implicações na evasão discente**. Dissertação Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Universidade Federal do Ceará. 2009.

SOUSA PFEIFFER, Alana M. de; MAFFEZZOLLI, Eliane Christine F. **Estrutura de preferências de consumidores de baixa renda**. Pretexto, 2011, Vol.12 (3), pp. 9-28

SOUZA, Claire Teresinha; PETRÓ, Caroline da Silva; GESSINGER, Rosana Maria. **Um estudo sobre evasão no Ensino Superior do Brasil nos últimos dez anos**. II CLABES Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul 2012. <[http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesII/LT\\_1/ponencia\\_completa\\_44-.pdf](http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesII/LT_1/ponencia_completa_44-.pdf)>.

SPADY, William.G. **Dropouts from higher education: toward an empirical model**. Interchange, Vol. 2 (3), 1971, pp.38-62.

TESTEZLAS, Roberto. **Agricultural engineering at Unicamp: Undergraduate student dropout analysis**. Eng. Agríc. Jaboticabal, Vol. 30 (6), 2010, pp. 1160-1164. <<http://goo.gl/WvsFlq>>.

TINTO, Vincent. **Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research**. Review of Educational Research, Vol.45 (1), 1975, pp.89-125,

TINTO, Vincent; CULLEN, John. **Dropout in higher education: a review and theoretical synthesis of recent research**. Columbia University. New York, Teachers College. 1973. <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED078802.pdf>>.